CBH PIRACICABA

ATA - 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH PIRACICABA

No dia 19 de junho de 2024, às 15h00, iniciou-se, de forma tele presencial, a 42ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba CBH-Piracicaba. Dando início às atividades, o presidente do CBH-Piracicaba, Jorge Borges, cumprimentou os conselheiros presentes e agradeceu a presença de todos. Além disso, falou sobre a primeira reunião presencial prevista, denominada como fortalecimento do comitê para abordar alguns assuntos em andamento, bem como um determinado planejamento de plano de trabalho para o segundo semestre. Logo após, iniciou a conferência de quórum, efetuando a chamada dos conselheiros. Constatou-se a presença de 25 conselheiros, preenchendo a quantidade mínima de participantes presentes, que seriam 24. Passou-se então para a próxima etapa da pauta, a primeira deliberativa, quando se aprovou a ata da 41ª reunião extraordinária, realizada no dia 19 de março de 2024, com uma inclusão de alteração do presidente Jorge Borges e a abstenção da conselheira Flavia Lage, devido a sua ausência. Na sequência, a analista da AGEDoce, Juliana Vilela, iniciou-se o primeiro item de pauta, a recomposição da diretoria executiva do CBH-Piracicaba–secretário e secretário adjunto, referente aos segmentos do poder público estadual e municipal; assim como os outros comitês do Doce, a posse do CBH-Piracicaba ocorreu no mês de outubro de 2023, na época ocorreu também a eleição e posse da nova diretoria. Na oportunidade foram eleitos Jorge Borges, José Augusto, Lucília e Davi. Conforme o regimento do comitê é necessário garantir a participação de no mínimo 3 seguimentos na composição da diretoria, é importante ressaltar que a vaga não é destinada para a pessoa, mas sim para instituição, não sendo automática a substituição, além disso, a representação deve ser realizada pelo titular. Conforme a orientação dada pelo IGAM, deve-se trazer a plenária, assim que há a desligação do membro da diretoria, para que na reunião imediatamente posterior seja eleito um novo representante para recomposição evitando o cenário de vacância. A palavra foi passada ao presidente Jorge Borges para realizar um pronunciamento a respeito situação. O conselheiro

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

Marxiley Lima Azevedo, do município de Nova Era se manifestou e sem objeções foi aprovado para atuar no cargo de secretário. Lucas Costa, do DAAE pediu para verificar a composição da diretoria e os seguimentos respectivos dos membros atuais. Marxiley agradeceu a aprovação. Jorge Borges agradece ao Marxiley e faz o apelo para participação do poder público estadual. O conselheiro Anderson Jesus questionou se poderia repetir o seguimento caso não tenha ninguém disponível para a atuação. Juliana respondeu que conforme a atualização do regimento do CBH Piracicaba e o IGAM é necessário a representação de pelo ou menos 3 seguimentos. O conselheiro Jose Ângelo Paganini fez a indicação dos conselheiros Wallace e Geraldo Magela para a composição. Ambos agradeceram e não aceitaram. O conselheiro Paulo Henrique se dispôs para atuação e sem objeções foi aprovado para atuação no cargo de secretário adjunto. Logo após, passou-se para o próximo item de pauta, a adequação do regimento interno do CBH-Piracicaba–DN CERH/MG n.º 78/2023. Em 2022 foi feito um trabalho com todos os comitês e alterações no regimento interno, no período oportuno houve a discordância de alguns comitês, quando foi colocada para a aprovação a Deliberação Normativa CERH-MG n.º 69, de 09 de agosto de 2021. Os comitês em discordância requisitaram do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CERH algumas adequações na deliberação normativa. Nesse contexto, em 2023 o CERH aprovou as adequações conforme a Deliberação Normativa CERH-MG n.º 78, de 24 de março de 2023. Considerando o período eleitoral a deliberação normativa n.º 94 previu que as alterações fossem realizadas até o final de junho de 2024. Exceto o CBH Santo Antônio que já havia feito as alterações, por ser um dos requisitantes. Os demais comitês do Doce precisam ajustar seus normativos, para ficar compatível com a deliberação do CERH. No dia 12/06 foi realizada uma reunião conjunta das câmaras técnicas desses comitês para apresentação dos documentos, não havendo por parte das câmaras objeções, foi recomendado a apresentação a plenária, a alteração para o atendimento a normativa do CERH. Ato contínuo, Juliana apresentou as devidas alterações na

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

deliberação: alteração no capítulo 3, parágrafo 5º que trata sobre a eleição de membros titulares e suplentes de usuários de recursos hídricos, tendo alteração na proporcionalidade, mas garantindo a representatividade, considerando também a mudança de seu inciso IV que aborda sobre a hidroeletricidade ou outras formas de geração de energia. As outras formas de geração de energia passaram a compor o inciso VII; supressão do 6º parágrafo que aborda sobre o remanejamento de vagas dos membros titulares e suplentes; supressão do 9º parágrafo que faz referência aos municípios que integram os consórcios e associações intermunicipais e supressão do artigo 42º que faz referência ao antigo prazo de adequação do regimento interno dos comitês. José Ângelo Paganini considerou que, dessa forma terá uma associação de municípios e o município poderá participar dessa associação e candidatar-se isoladamente. O conselheiro perguntou em qual seguimento essas associações e consórcios vão integrar no comitê. Juliana respondeu que no setor de poder público municipal e usuários, além disso, o conselheiro falou que no parágrafo 8º seria conveniente colocar associações e consórcios. Leandro, do IGAM respondeu que juridicamente falando há uma diferença sim nas nomenclaturas, porém quando fala sobre as associações de municípios refere-se amplamente. Jose Ângelo Paganini perguntou se haveria algum problema de inserir consórcios no parágrafo 8º. Leandro respondeu que não tem problema, apesar da ideia da norma é impedir que associações que representam os interesses dos usuários e municípios se inscrevam no segmento da sociedade civil. O conselheiro Anderson Jesus falou sobre a importância de os conselheiros questionarem e reivindicarem. Jose Ângelo falou que essas modificações deviam ser feitas, porém, houve uma declaração do representante do IGAM que na eleição do Piracicaba foi desrespeitado o regimento. Para mais, falou que na seleção de vagas do comitê, na realidade a associação de energia não podia participar devido a vedação do regime. O conselheiro Lucas perguntou o que ocorreu para criar a redação para o seguimento. Leandro respondeu que o inciso não foi fruto das moções do comitê, mas sim uma discussão na própria

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

plenária do conselho. Jose Ângelo Paganini questionou a presença da ABRACEL como usuário. Leandro esclareceu as dúvidas do Jose Ângelo Paganini em relação ao seguimento da ABRACEL. O conselheiro Paulo Henrique perguntou qual a relação das outras formas de energia com a preservação do rio, além disso, ele acredita que isso enfraquece o comitê, sendo totalmente contra a criação de novos usuários sem vínculo nenhum. Juliana respondeu que se não tiver relação com recursos hídricos não são aceitos na plenária, pois não serão habilitados no processo. Leandro concordou com a fala de Juliana e ainda discursou sobre a alteração no capítulo 3, e parágrafo 5º. Jorge Borges pontuou sobre as diversas outras formas de energia, ele falou que concorda, visto que ficou bem colocado na normativa, disse também que essa pauta já constava na outra norma, o que foi acatado é a sua alocação. Paulo Henrique considerou importante ter mudanças para acrescentar e tirar o que não é bom também. Lucas perguntou o que motivou a diferenciação, e questionou o porquê de não propor a desvinculação da pesca em relação a turismo, ele considerou essa mudança sem fundamento devido à falta de entendimento do comitê. Juliana explicou que deixar de aprovar as mudanças pode trazer um comprometimento ao comitê e comprometer o funcionamento do plenário. Para mais explicou que pode ser feito um encaminhamento e questionamento ao CERH para uma nova alteração evitando comprometer as atividades do comitê. Anderson Jesus sugeriu que seja feito uma moção e aprovação com pedido de revisão. Jose Ângelo Paganini disse ser inoculo a modificação, logo não se deve perder tempo com esse ponto. Leandro concordou com fala de Jose Ângelo Paganini. Paulo Henrique perguntou se apesar de ser outra forma de geração de energia se para participar do comitê deve provar que é um usuário. Juliana respondeu que sim. Jose Ângelo Paganini falou sobre a geração de energia por vapor hidráulico e ainda falou sobre existência de várias formas de geração energia que usa a água, mas não se refere a hidroeletricidade. O conselheiro Luiz Claudio considerou que qualquer modificação gerará impacto e que o mais importante era a retirada do parágrafo 5º, também manifestou a respeito da não

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

compreensão dá mudança feita pelo conselho estadual, além disso, falou sobre dividir outros segmentos também e considerou a justificativa dada pelo CERH inválida. Ele enfatizou que apesar da discordância, se ninguém concordasse o comitê não poderia funcionar. Paulo Henrique registra contrariedade quanto a mudança do inciso. Juliana respondeu que registrado as discordâncias do Paulo ainda haveria quórum qualificado, porém, se todo mundo se manifestasse e não aprovasse a alteração seria prejudicado o funcionamento do comitê. Geraldo Magela e Luiz Cláudio concordaram com as falas de Paulo Henrique. Juliana explicou que o comitê poderia se manifestar e enviar um encaminhamento para o CERH, enfatizou que as alterações presentes são frutos das reivindicações do comitê e explicou que o Luiz Claudio está ponderando é evitar o comprometimento do andamento do comitê em função disso. Falou também que no caso apresentado é uma questão ineficaz e talvez não valeria a pena levá-la adiante. Jose Ângelo Paganini considerou que devida a ausência de pessoas no IGAM para analisar diversos regimentos diferentes, o CERH resolveu estabelecer uma norma com mesmo regimento para facilitar a gestão. Disse também que no futuro o comitê poderá recuperar o poder de definir o regimento, porém o momento atual não é propício. Marxiley concordou com Paulo Henrique e Luiz Cláudio, porém disse que às vezes seria uma boa opção entrar na causa e esperar os resultados, além disso, considerou inadequado aprovar tudo que é imposto ao comitê. Paulo Henrique sugeriu que o presidente finalizasse a discussão. Jorge Borges falou que quando existem muitas questões que implicam na mudança de toda a estrutura do comitê e não foi discutido antes com eles é importante entrar na causa, porém as alterações foram sucintas e não alteram o andamento do comitê, logo eles teriam que ter um argumento muito forte para as alterações. Tendo em vista os projetos em andamento e funcionamento do comitê, ele não gostaria de comprar entrar nessa causa, além disso, falou que a situação serviu de alerta para discutir bem as coisas vinda do estado, além disso, enfatizou que as deliberações já haviam passado pelas câmaras técnicas. Juliana perguntou se Paulo manifestou a

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

contrariedade. Os conselheiros Paulo Henrique e Lucas manifestam contrariedade com justificativa da ausência de esclarecimento e possíveis impactos. Juliana encerrou o assunto com dois votantes manifestando contrariedade, mantido assim o quórum qualificado com 26 na aclamação. Em continuidade, foi apresentado e discutido sobre a nova logo do CBH Piracicaba; A palavra foi passada para o conselheiro Geraldo Margela para abordar o assunto com mais detalhes. Conforme o relato do conselheiro, a nascente do Piracicaba se dá no maciço caraça, como a área é uma referência foi sugerido a imagem para a logo. Jorge Borges parabenizou a escolha. Paulo Henrique e Luiz Claudio perguntou se são três opções. Jose Angelo Paganini, Juliana e Geraldo Margela responderam que os modelos são a aplicabilidade variável delas, sem objeções foi aprovada a nova logo. Logo após, passou-se para o item de pauta, Deliberações Normativas ad referendum n.º 106, 107 e 108/2024–Custeio para participação dos conselheiros do CBH-Piracicaba em reuniões e eventos; Juliana explicou que sempre quando um conselheiro participa de uma reunião ausente na agenda de atividades representado o comitê é necessário uma deliberação emitida ad referendum caso não tenha plenária antes do evento devido às exigências do IGAM. Dessa forma, foram emitidas 3 deliberações para participação dos conselheiros em eventos relacionados a gestão de recursos hídricos. O conselheiro Geraldo Margela participou do Debate Público da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizado em BH, tratando sobre os impactos da revitalização da bacia do rio Doce. Os conselheiros Geraldo Margela e Jorge Borges participaram do lançamento do Projeto Restaurando Bacias Hidrográficas e Biodiversidade dos Biomas do Cerrado e Mata Atlântica, ocorrido em Ipatinga e por fim, a participação dos conselheiros Geraldo Magela Gonçalves, Luana Barbosa, Hercília Andrea Sanches e Lucas Bicalho na Oficina Estadual de Capacitação Ciência Cidadã em Catas Altas. Passou-se a palavra para testemunho dos conselheiros participantes dos eventos. O conselheiro Geraldo Margela fez seu relato. Sobre a assembleia legislativa, Geraldo considerou um debate interessante que falou sobre a

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

preocupante falta de participação de pessoas físicas atingidas no trato da repactuação no caso do rompimento da barragem de fundão em Mariana. Vários profissionais puderam se manifestar apresentando seus pareceres. Além disso, neste evento o CBH Doce apresentou o Plano integrado Pir, como sendo o primeiro comitê do Brasil a ter todos os instrumentos de gestão implementados, foi defendido a participação dos comitês na mesa de negociação e eles comitês ganharam protagonismo nesse encontro. No caso do encontro em Ipatinga, considerou ser um trabalho muito interessante patrocinado por uma instituição alemã e com apoio da Nestlé para recuperação de bacias hidrográficas, com modelo parecido com o PSA. Geraldo Margela enfatizou que esse projeto PSA não precisa ficar preso no recurso que se deve buscar parcerias que financie esse programa. O que ele considerou mais importante foi o último evento onde foi abordado sobre o monitoramento hídrico participativo interligado com a ciência cidadã, para monitoramento de vazões de pequenos cursos d’água. O conselheiro falou que esse tipo de projeto se encaixa dentro do PSA e pode ser implantado no Rio Vivo, visto que monitorar nascentes e verificar o trabalho de recuperação das bacias. Hercília agradeceu a oportunidade de participação do encontro e disse que foi muito enriquecedor, concordou com as falas de Geraldo Margela e ainda enfatizou sobre a defesa para implantação do programa de monitoramento de vazões junto aos programas do comitê, por fim, elogiou as alterações da nova logo. Lucas considerou as palavras já faladas, agradeceu ao comitê a oportunidade de ter contato com esse tipo de tecnologia, fez uma breve explicação da metodologia e considerou o método muito interessante por poder ser integrativo com o monitoramento da qualidade da água. Além disso, falou sobre a luta do município de João Monlevade com a previsão de demanda de água para abastecimento urbano e considerou a metodologia aplicada no evento uma forma de fortalecer a visão de monitoramento para garantir o recurso hídrico em quantidade e qualidade. Juliana perguntou se havia alguma objeção relacionada as deliberações ad referendum 106,107 e 108 relacionadas a participação dos conselheiros nos

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

eventos, não havendo objeções passou-se para a próxima pauta. A palavra foi direcionada ao Jorge Borges para discursar sobre o Seminário de Fortalecimento do CBH-Piracicaba–novembro/2024. Contextualizando, Jorge falou que no mês passado foi realizado uma reunião com participação de Jorge, José Augusto e Alex. Nela foi abordado vários assuntos, bem como um planejamento para o segundo semestre, estando previsto duas reuniões presenciais, sendo uma no mês de agosto e outra em novembro. A reunião em novembro será denominada como Seminário de Fortalecimento do Comitê, o intuito é iniciar o encontro após o almoço, no Caraça, e no dia seguinte ter palestras para enriquecimento dos membros do comitê. Jorge solicitou que Juliana estabelecesse uma data, sugerindo que fosse de terça a quarta ou de quarta a quinta. Juliana sugeriu os dias 6 e 7 de novembro. Sem objeções, a data foi estabelecida. Jorge também falou que na reunião realizada foi abordado sobre toda estrutura para o apoio das reuniões como elaboração de banners, coletes e outros. Jose Augusto perguntou sobre como funcionaria o retorno da reunião prevista. Jorge falou que pretendia retornar na parte da tarde. Jose Augusto falou sobre a programação de algumas palestras no campo da ciência de recursos hídricos e considerou que o evento será um sucesso total. Alex perguntou se a plenária de novembro ocorrerá junto ao evento. Jorge respondeu que sim. Alex falou que a Gisele irá viajar para Itabira com intuito de tratar sobre a organização do evento com a diretoria. Jorge Borges colocou-se à disposição para receber sugestões de palestras. Alex falou sobre a sugestão do André de criar um formulário para os conselheiros colocarem sugestões. Jorge concordou e enfatizou que está será a primeira vez que ele presencia um momento de fortalecimento de um comitê, dessa forma acredita que será um evento interessante para o CBH Piracicaba, além disso, esclareceu que a reunião prevista para agosto acontecerá em Itabira na UNIFEI. Geraldo Margela pontuou que Caraça não possui transporte regular, logo se deve ir de transporte próprio, também ressaltou que a diária disponibilizada pelo comitê não paga a diária do Caraça, dessa forma deve-se avaliar essa questão, outros pontos são que a

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

entrada do caraça é a partir das 14 horas e saída 12:00 e o uso do espaço do auditório é bem concorrido. Juliana sugeriu a participação do Geraldo Margela na reunião para organização do evento, visto que ele conhece a região. Jose Angelo Paganini sugeriu que no evento tivesse um horário estabelecidos para que os diversos setores tenham oportunidade de conversar assuntos de direito comum. Paulo Henrique gostou da ideia do Jose Angelo Paganini e considerou ausente o tempo de os usuários discutirem, além disso, sugeriu que seja feito três propostas de localização para verificação das questões de logística e custo. Jorge garantiu que todos os pontos serão verificados, caso seja de alto custo poderá ser apresentado alternativas. Geraldo Margela falou que Caraça é um ótimo local e caso feche um grupo maior pode ter valores melhores. Em continuidade a palavra foi passada para o assessor da AGEdoce, Alex, para direcionar a abordagem das informaçõess sobre o andamento dos programas na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; Alex passou a palavra ao Adriano, técnico da escola de Projetos para falar sobre o Programa Protatar. Adriano fez um panorama de projetos em andamento. Em 2023, foram cinco municípios contemplados no Protatar Obras. Os projetos já foram encaminhados para Caixa Federal realizar a análise complementar, dessa análise já foram inclusos os municípios de João Monlevade, Marliéria e Jaguaraçu, estes já estão providenciando os ajustes para retornar os projetos a Caixa e após o parecer positivo está apto a realização da licitação das obras. Em relação a Protatar Projetos, os municípios selecionados já receberam os recursos e estão nas fases de tratativas de licitação. Esse ano existe dois editais abertos do Protatar no Piracicaba, o edital 02 é referente a obras e acontece em conjunto com o CBH Piranga e CBH Santo Antônio. Nele houve três municípios escritos e quatro projetos dos quais os quatro projetos foram habilitados. Adriano ressaltou que este é um processo de seleção e os municípios ainda irão passar pela fase de hierarquização e análise técnica do projeto, para posteriormente realização do repasse do recurso previsto para o final do ano. Dos projetos específicos estão inclusos os municípios de São Domingos do Prata com um

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

projeto de aproximadamente 17 milhões, Bela Vista de Minas com 12 milhões e João Monlevade com dois projetos um de água e outro de esgoto. A soma total dos projetos escritos no edital 02 para esgotamento sanitário e de aproximadamente 36 milhões de reais e há disponível para a execução 37 milhões. Em relação a abastecimento de água o valor é 800 mil para o município de João Monlevade, tendo disponível 5 milhões e meio. Já no Edital 03 juntamente com o CBH Piracicaba estão elencados os comitês CBH Piranga, CBH Santo Antônio e CBH Manhuaçu. O CBH Piracicaba teve quatro municípios escritos e cinco projetos, sendo eles: São Domingos do Prata, João Monlevade com dois projetos, Bom Jesus e Alvinópolis, na modalidade 1 que se refere a elaboração de projetos. Desses municípios apenas Alvinópolis foi inabilitado. O valor destinado para esgotamento sanitário foi de 2 milhões e 1 milhão 900 mil para projetos de abastecimento. Geraldo Margela perguntou o que impediu o andamento dos projetos do ano passado em João Monlevade. Adriano respondeu que a agência faz seleção do município, repassa o recurso e este fica vinculado a conta da Caixa Econômica Federal, porém contratualmente, tem-se a Caixa como apoio técnico. Logo, os projetos são enviados para ela e posteriormente ela faz uma avaliação minuciosa verificando a viabilidade de execução do projeto, sendo identificado algo que possa comprometer a obra, a caixa volta com o parecer e o município faz as devidas adequações, assim, tem-se 180 dias para tirar a cláusula suspensiva, ela só é retirada quando todas as recomendações são atendidas. Adriano respondeu que o projeto de João Monlevade está dentro desse prazo, já tendo sido realizado a análise para esgotamento sanitário, aguardando a recomendação para o projeto do abastecimento de água. Jorge Borges perguntou quem iria abordar sobre a licitação do Rio Vivo. Adriano respondeu que Ronan abordaria essa questão. Lucas complementou fala de Adriano falando que a Caixa fez pareceres para o projeto de sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água com solicitações de adequações, e o departamento de água e esgoto estão trabalhados nessas adequações. Marxiley perguntou se quem já havia enviado os documentos do PSA

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

deve fazer alguma alteração. Paulo Henrique perguntou ao Adriano quais municípios estão aprovados para os projetos de obras e perguntou o valor direcionado aos municípios. Adriano explicou que em 2024 há somente municípios habilitados e repetiu os valores já abordados. Em prosseguimento, a palavra foi passada ao Alex. Alex respondeu à dúvida de Marxiley dizendo que o PSA é o edital do Doce e encerrou a fase de inscrição, agora será iniciado a fase de documentação complementar. Ato contínuo, a palavra foi passada ao Ronan, para tratar sobre a iniciativa Rio Vivo. Hoje no Piracicaba o Rio Vivo está com um quantitativo total de 512 nascentes executadas nos municípios de Mariana, Alvinópolis, Piracicaba, Barão de Cocais, Santa Barbara, Catas Altas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Bom Jesus do Amparo, Antônio Dias, Marliéria e Bela vista de Minas. A respeito do novo ato convocatório, a nova cessão será realizada dia 9 de julho, visto que sendo contratada a nova empresa para atuar no Piracicaba, ela dará sequência aos municípios hierarquizados, sendo eles Jaguaraçu, Itabira, Timóteo, Santana do Paraiso, João Monlevade e Nova Era. Faltando apenas os municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e São Domingos do Prata com previsão de início das atividades no primeiro o semestre de 2025. Paulo Henrique perguntou se existe alguma iniciativa do Rio Vivo relacionada a esgoto e tratamento de água em área rural, perguntou também como faz para montar um programa de fossa séptica em área rural. Alex respondeu que com relação tratamento de esgotamento sanitário, em 2021 quando foi aprovado a deliberação da execução do Rio Vivo no CBH Piracicaba, foi priorizado o cercamento e adiou-se a execução da parte de tratamento individual de esgoto, mas na aprovação tem o quantitativo de 406 projetos de esgotamento sanitário individual a serem executados previsto na iniciativa do programa. No diagnóstico iniciado em 2017 foi investigado essas questões de saneamento básico, entretanto em 2021, para o ciclo do PAP 2021–2025 foi aprovado o cercamento de nascente para o primeiro ciclo e tratamento de esgoto sanitário para o próximo ciclo. Paulo Henrique perguntou como faz para participar disso. Marxiley deu exemplo de Nova Era, o município utilizou o diagnóstico feito pelo

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

Rio vivo em 2021, o município com recurso próprio atenderá 40 residências na área que será beneficiado pelo Rio Vivo. Paulo perguntou novamente se não há não tem nenhum recurso destinado a isso. Alex respondeu que não está fora da iniciativa, porém no primeiro ciclo foi priorizado o cercamento de nascente, o que não tem previsto é o tratamento de água. Paulo Henrique falou que para recuperar o Rio o fundamental é o lançamento de esgoto do rio da área rural, além disso, disse que sente que a área rural não está sendo considerada como deveria. Geraldo Magela falou da dificuldade em escrever propriedades, falou sobre o que o programa abrange, indo mais a fundo nas falas feitas por Alex, enfatizou que o mais necessário hoje é a obtenção de volume de água e são as nascentes que vão contribuir para isso. Ainda considerou que só deveria receber benefícios de tratamento de água quem tiver feito a parte no tratamento de esgoto. Flavia falou sobre os programas dos municípios de Itabira e enfatizou que não é viável esperar somente recurso de comitê, o executivo precisa procurar os programas também. Além disso, fez uma dica de cursos que está sendo disponibilizado para comitês de bacias. O diretor da Agência, André, falou sobre a finalização dos estudos dos projetos de enquadramento, sugeriu que o Jorge pensasse em uma capacitação sobre enquadramento, e falou sobre o apoio do comitê em conjunto com a agência e outras instituições na articulação com os municípios e outros órgãos. André falou também sobre a agenda até 2027 e sobre o intuito de trazer ações efetivas para cumprimento do plano. Geraldo Magela falou sobre a ausência de mudanças positivas no rio durante muitos anos, abordou sobre as mudanças climáticas e sua influência nas vazões do rio, falou sobre a importância da mobilização social e educação social. Paulo Henrique falou que acredita que o caminho são os planos municipais para saneamento municipal e falou também o que ele tenta realizar em Alvinópolis que a gestão do plano feito pela prefeitura, além disso, sugeriu que o comitê tenha uma forma de avaliação dos planos de saneamento. Juliana falou sobre a demanda apresentada pela diretoria relacionada à criação de um grupo de trabalho específico para tratar sobre questões de educação ambiental e

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**

PSA do Piracicaba. Jorge falou sobre a criação dos grupos, os assuntos abordados e pontuou que pode abranger outros assuntos. Juliana sugeriu a definição da quantidade de membros no grupo e a realização posterior de um chamamento ampliado. Geraldo Magela sugeriu 2 representantes por segmento. Jose Ângelo Paganini concordou, porém, falou sobre deixar em aberto. O conselheiro Ítalo Campos perguntou se suplentes podem participar desse grupo. Juliana falou que não havia restrições de participante de suplentes. Jose Ângelo Paganini falou que seria importante a indicação feita pela entidade mesmo que a pessoa não seja componente do comitê. Geraldo Magela sugeriu que fosse trabalhado no grupo mobilização social também. Jorge falou que está pauta entra nos outros assuntos necessários que também serão trabalhados no segmento. Juliana sugeriu a inclusão da mobilização social. Sem objeções em relação à criação dos grupos de trabalho encerrou-se a pauta. A palavra foi passada ao presidente do comitê, Jorge Borges, que agradeceu a presença de todos. Sem mais itens de pauta, e não havendo nenhum informe dos conselheiros, a reunião foi encerrada por volta das 18h00. A gravação da plenária está disponível no canal Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

(assinado eletronicamente)

JORGE MARTINS BORGES

Presidente do CBH Piracicaba

Aprovada em reunião extraordinária do CBH Piracicaba, realizada no dia 10/09/2024

Documento assinado eletronicamente por: **Jorge Martins Borges**
A autenticidade deste documento protocolo **A42749-13092024,** pode ser verificada no site **http://sigad.agevap.org.br/agedoce/assinatura/#/consulta?protocolo=A42749-13092024**